

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CARLA GUEDES DO NASCIMENTO

**IDEIAS DE XAVIER JÚNIOR SOBRE O JARDIM DE INFÂNCIA DA PARAÍBA  
NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Orientadora: Profa. Dra. Máira Lewtchuk  
Espindola.

JOÃO PESSOA/PB

2018

CARLA GUEDES DO NASCIMENTO

**IDEIAS DE XAVIER JÚNIOR SOBRE O JARDIM DE INFÂNCIA DA PARAÍBA  
NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Monografia apresentada ao Centro de Educação,  
da Universidade Federal da Paraíba, como  
requisito parcial para o título de Licenciatura  
Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maíra Lewtchuk  
Espindola.

JOÃO PESSOA/PB

2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

N244i Nascimento, Carla Guedes do.

Ideias de Xavier Júnior sobre o jardim de infância da Paraíba na primeira república / Carla Guedes do Nascimento. - João Pessoa, 2018.  
34f.

Orientação: Maira Lewtchuk Espindola.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Jardim de Infância. 2. Francisco Xavier Júnior. 3. Educação das Crianças pequenas. I. Espindola, Maira Lewtchuk. II. Título.

UFPB/BC

CARLA GUEDES DO NASCIMENTO

**IDEIAS DE XAVIER JUNIOR SOBRE O JARDIM DE INFÂNCIA DA  
PARAÍBA NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Aprovada em: 06 de Novembro de 2018.


Banca Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maíra Lewtchuk Espindola

Orientadora - UFPB

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Msa. Amanda Sousa Galvêncio

Examinadora – UFPB

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Haquel Myriam de Lima Costa Palhari

Examinadora - UFPB

É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade (Kant).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu força, saúde e me acompanhou em todos os momentos.

Ao meu pai Carlos Do Nascimento Batista (em memória), o qual se orgulharia dessa vitória.

À minha mãe Lindaci Guedes Do Nascimento, que sempre me ajudou e acreditou em mim.

À minha tia e madrinha Maria Das Graças que sempre se preocupou com meus estudos, mesmo estando distante.

À minha orientadora Professora Doutora Maíra Lewtchuk Espindola, exemplo admirável de comprometimento com a educação, que caminhou comigo, incentivando-me e guiando-me.

E a todos os amigos e amigas que acreditaram em mim e me deram forças para continuar.

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema as ideias sobre a educação das crianças pequenas nos jardins de infância, na Paraíba, da Primeira República desenvolvidas por Francisco Xavier Júnior. A pesquisa possui como objetivo geral compreender a necessidade de implementar a educação para as crianças pequenas na Paraíba, indicada nos Relatórios da instrução pública divulgados por Xavier Júnior, de 1908 a 1913. Os objetivos específicos se propõem em: Identificar as concepções que se baseavam as ideias de jardins de infância; Discorrer sobre as ideias da instrução para as crianças pequenas; Analisar a proposta do professor Xavier Júnior quanto aos primeiros jardins de infância na Paraíba. Quanto aos aspectos metodológicos, tem respaldo em levantamentos de fontes existentes no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, se dando por meio de pesquisas nos Relatórios dos Presidentes de Províncias nos quais se deram o discurso de Francisco Xavier Júnior, justapondo com outras fontes. Para tanto, é de nosso interesse o melhor entendimento de como a educação foi debatida no primeiro período republicano e a ligação entre escola e nação. O marco inicial do nosso recorte foi o de 1908, pois nessa data Xavier Júnior publicou o primeiro Relatório sobre a instrução na Paraíba e a data final foi o ano de 1913, já que se trata do último Relatório escrito por esse sujeito que encontrado. Portanto, Xavier Júnior não só demonstrou os aspectos negativos no qual se encontravam a instrução pública, especificamente na estrutura do local, na fiscalização, nos materiais inadequados, no corpo docente, mas, sobretudo, desencadeou um debate cercado de justificativas que pudessem considerar a necessidade de se criar um jardim de infância na Paraíba.

**Palavras-chave:** Jardins de infância. Francisco Xavier Júnior. Educação das crianças pequenas.

## ABSTRACT

The present work is based on the ideas of Francisco Xavier Júnior, about the education of young children in kindergartens, in the Paraíba of the First Republic. The general objective of the research is to understand the need to implement education for young children in Paraíba, indicated in the public instruction reports published by Xavier Júnior, from 1908 to 1913. The specific objectives are: to identify the conceptions on which the ideas of kindergartens were based; to discuss instruction ideas for young children; to analyze the proposal of professor Xavier Júnior about the first kindergartens in Paraíba. The methodological aspects are supported by surveys of sources found in the Historical and Geographic Institute Paraibano, through researches in the Reports of Presidents of Provinces published by Francisco Xavier Júnior, joining with other sources. To that end, it is in our interest to have a better understanding of how education was debated in the first republican period and the link between school and nation. The initial mark of our cut was that of 1908, because on that date Xavier Júnior published the first report on education in Paraíba, and the final date was the year 1913, since it is the last report found that was written by Xavier. Therefore, Xavier Júnior not only demonstrated the negative aspects in which the public education was found, specifically in the structure of the place, in inspection, in inappropriate materials, in the teaching staff but, above all, triggered a debate surrounded by justifications that could consider the necessity of to create a kindergarten in Paraíba.

Keywords: Kindergartens. Francisco Xavier Júnior. Education of young children.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 CONCEPÇÕES ACERCA DOS JARDINS DE INFÂNCIA .....</b>	<b>11</b>
<b>2 IDEIAS SOBRE A INSTRUÇÃO DAS CRIANÇAS: DO AMBIENTE PRIVADO ÀS INSTITUIÇÕES.....</b>	<b>16</b>
<b>3 AS IDEIAS SOBRE OS JARDINS DE INFÂNCIA NA PARAÍBA: CONCEPÇÕES DO PROFESSOR XAVIER JÚNIOR.....</b>	<b>21</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS E FONTES .....</b>	<b>32</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo em questão tem como tema as ideias sobre a educação das crianças pequenas nos jardins de infância, na Paraíba, da Primeira República desenvolvidas por Francisco Xavier Júnior. A temática foi escolhida por nós para entendermos como se deu as primeiras ideias de institucionalização dos jardins de infância naquele período, partindo dos estudos de documentos oficiais para a história da educação. Contudo, além dessas fontes normativas, temos a intenção de levar em consideração, também, aspectos socioculturais e econômicos daquela época.

Estudar a história dos jardins de infância da Paraíba nos permite estabelecer relações com a história da infância e como pensavam sua educação, as concepções pedagógicas que fundamentaram as propostas e as práticas educacionais direcionadas para as tais sujeitos.

O tema escolhido também se originou porque pouco se pesquisou sobre a história das crianças pequenas na Paraíba da Primeira República. Sabemos que o primeiro Jardim de Infância oficial foi fundado apenas durante a Era Vargas, em 1934, porém a necessidade de implantação de um local público destinado a essas crianças pequenas já vinha sendo discutido desde de o final do século XIX.

Para tanto, é de nosso interesse o melhor entendimento de como a educação foi debatida no primeiro período republicano e a ligação entre escola e nação. Segundo Espindola (2012) foi na Primeira República que se atribuiu uma importância para a instrução como forma de construção/consolidação dos ideais republicanos de nação. Para tal, alguns sujeitos defendiam a necessidade de se educar as crianças desde a primeira infância, um desses personagens foi Francisco Xavier Júnior.

Nessa perspectiva, o marco inicial do nosso recorte será o de 1908, pois nessa data Xavier Júnior publicou o primeiro Relatório sobre a instrução na Paraíba e a data final o ano de 1913, já que trata-se do último Relatório que encontramos desse sujeito sobre a instrução pública no estado.

Logo, o presente trabalho tem como objetivo principal: A pesquisa possui como objetivo geral compreender a necessidade de implementar a educação para as crianças pequenas na Paraíba, indicada nos Relatórios da instrução pública divulgados por Xavier Júnior, de 1908 a 1913. Seguindo dos objetivos específicos: Identificar as concepções que se baseavam as ideias de jardins de infância; Discorrer sobre as ideias da instrução

para as crianças pequenas; Analisar a proposta do professor Xavier Júnior quanto aos primeiros jardins de infância na Paraíba.

No que se refere aos procedimentos metodológicos tem respaldo em levantamentos de fontes existentes nos acervos de arquivos públicos de João Pessoa, fazendo visita ao IHGP, local esse que guarda alguns Relatórios da instrução pública paraibana, material de base dessa pesquisa, na iminência de construir um arcabouço de dados empíricos sobre a história dos jardins de infância no estado. Segundo Faria Filho (2000), os Relatórios para a instrução pública podem revelar representações sobre a instrução das crianças na Primeira República. Selecionamos três Relatórios oficiais:

✚ Da Directoria Geral da Instrução Publica apresentado pelo diretor da instrução Francisco Xavier Júnior em 21 de julho de 1908.

✚ Da Directoria Geral da Instrução Publica apresentado pelo mesmo personagem em 18 de julho de 1910.

✚ Da Instrução Pública (Escola Normal e Instrução Primaria) também redigido por Francisco Xavier Júnior em 1913.

Iniciamos nossa pesquisa, primeiramente, delimitando a primeira fase: a coleta de dados. Selecionamos então os três Relatórios supracitados disponíveis nos arquivos do IHGP. Depois passamos a pesquisar sobre o professor Francisco Xavier Júnior e sobre a Paraíba na Primeira República.

No que se refere a Francisco Xavier Júnior, o mesmo nasceu no dia 31 de julho de 1853 em Pilar e faleceu no Rio de Janeiro no dia primeiro de maio de 1935. Entre os anos de 1908 a 1915 - governos de João Machado (1908-1912) e de Castro Pinto (1912-1915) - Xavier Júnior foi diretor da Instrução Pública. Ele defendeu a ideia de fundação dos grupos escolares e da necessidade de um jardim de infância oficial na Paraíba (ESPINDOLA, 2017).

Espindola (2017) destaca que ele foi professor, diretor da instrução pública do estado, jornalista, deputado estadual e prefeito da capital paraibana. Além disso, em 1906, publicou o livro Lições da Língua Materna - gramática da língua portuguesa para crianças nas escolas das primeiras letras. Durante os seus mandatos de diretor de instrução pública do estado, Xavier Júnior escreveu sobre a necessidade de se implantar os jardins de infância na capital e foi sobre esses discursos que realizamos a nossa pesquisa.

Xavier Júnior contribuiu para a discussão sobre a educação das crianças pequenas na Paraíba. Além disso, ele tratou de outras questões como a reforma do ensino público primário, estrutura das escolas e salário dos professores. Fez inúmeras denúncias sobre o modelo escolar da Paraíba, trazendo novas propostas baseadas no modelo da escola paulista (ESPINDOLA, 2012, 2017).

Durante o governo de Castro Pinto, a necessidade de instalação de um jardim de infância no estado chegou a ser colocado em forma de lei a abertura dessa instituição. No artigo sexto da lei 388: “Anexos á Escola Normal haverá uma escola-modelo, um curso complementar e um jardim de infância.” (PARAHYBA, 1913, p. 11). Segundo Espindola (2012), Castro Pinto, na mensagem de 1913, relatou a necessidade de uma instalação apropriada para a Escola Normal, a fim de que abrigasse além de uma escola modelo, um jardim de infância.

Os jardins de infância apesar de terem sido defendidos em diversas leis das primeiras décadas da Paraíba republicana - como a lei n. 388 de sete de outubro de 1913 e a reforma de 1917 - só foram criados em 1934. Os primeiros jardins oficiais foram instalados no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello e no Grupo Escolar Izabel Maria das Neves (ESPINDOLA, 2017, p. 146). Percebemos, que mesmo anteriormente a fundação do primeiro estabelecimento público, ocorreram debates sobre a necessidade de se implementar no estado um jardim de infância.

O trabalho está organizado da seguinte forma: em um primeiro momento “Concepções acerca dos jardins de infância”, tratamos do contexto brasileiro e, sobretudo, paraibano a fim de compreender como se deu a sua implementação e a sua representação na sociedade. Depois, no segundo momento intitulado de “Ideias sobre a instrução das crianças: do ambiente privado às Instituições”, descrevemos as principais concepções e práticas que permearam a instrução das crianças ao longo da história, bem como alguns dos sujeitos envolvidos. No terceiro momento, “As ideias sobre os jardins de infância na Paraíba: concepções do professor Xavier Júnior”, demonstraremos a partir das informações coletadas nos espaços em que o professor publicava, no que diz respeito aos primeiros Jardins de infância. Por fim, apresentamos nossas considerações finais nas quais destacamos a importância da pesquisa em história da educação para entendermos como no período anterior a fundação dos primeiros jardins de infância na Paraíba estava sendo discutida a educação voltada para as crianças pequenas.

## 1 CONCEPÇÕES ACERCA DOS JARDINS DE INFÂNCIA

Este capítulo dispõe de uma discussão que sobre a concepção dos primeiros jardins de infância, em uma perspectiva histórica, na medida em que evidencia como se deu a sua organização em diversos contextos, os quais acabaram influenciando a formação da nossa forma escolar.

Ao adentrarmos nesta discussão estamos imersos em um pensamento mais assistencialista, uma vez que as primeiras iniciativas foram pensadas para atender um público específico, em outras palavras, a intenção centrava-se no atendimento às crianças pobres e órfãos, assim como os filhos dos operários. Tal situação pode ser vislumbrada com o surgimento da primeira instituição de atendimento à infância, na França, no século XVIII, em 1769, a qual dava atenção às crianças que ficavam na rua, muitas vezes, pelo fato de seus pais estarem trabalhando. A instituição era denominada de escola de principiante ou escola de tricotar, cujo criador foi Friedrich Oberlin.

Na escola de tricotar, as crianças menores brincavam e as maiores aprendiam tricô e costura, aulas de canto, matemática e ciências, dentre outras atividades. Apesar do caráter assistencialista da instituição, a creche apresentava uma perspectiva pedagógica, propondo atividades educativas e formadoras de hábitos e atitudes (CAMPOS; PEREIRA, 2015).

Assim sendo, foi notório a importância dada a uma educação que não só estivesse direcionada às prendas domésticas, mas também compondo um caráter de instrução, já que eram ministradas aulas de matemática e ciências. Assim, percebe-se que nesse contexto, buscava-se uma educação mais completa e diversificada, mesmo que, por vezes, a intenção pudesse estar direcionada em manter o controle da população.

Com o passar dos anos, outras instituições foram tomando forma ao longo do século XIX, nos demais países europeus, a título de exemplo: as creches, os jardins de infância de Froebel e as salas de asilo.

No que diz respeito aos jardins de infância, este termo foi elaborado pelo educador alemão, Friedrich Froebel, o qual passou o período de seis meses para encontrar uma nomenclatura que correspondesse às suas intenções. Para este educador o termo escola não se enquadraria a sua proposta, uma vez que estaria relacionado ao ensino. Logo, ensinar remeteria a algo que é imposto de fora para dentro, acabando por

desconsiderar o que a criança deveria realmente aprender inicialmente, que seria o conhecimento sobre si mesma, a partir dos seus desejos e anseios (HADDAD, 2010).

Nesta perspectiva, o educador pensou em um ambiente em que a criança se sentisse segura, a fim de relacionar os seus desejos com as demandas do mundo exterior e, para isso, o ambiente deveria ser bem estruturado e pensado para comportar tal demanda. A seguir Haddad (2010, s/p) descreve uma metáfora que justifica a escolha do termo Jardins de Infância:

Tal ambiente previsível e protegido era como um viveiro (nursery), onde o jardineiro cuida de suas plantas, provê-lhes de ar e água, e as move para o sol, de forma que possam crescer e florescer. Iria ser um jardim para crianças, um ‘kindergarten’ (literalmente, jardim de crianças)”. Froebel foi o primeiro educador a inventar uma aparelhagem de materiais para a expressão da atividade das crianças, os chamados ‘dons’ (bolas, cubos, cilindros, blocos), e ocupações (dobraduras, trabalhos em argila e madeira).

A partir desta analogia a um jardim de flores, entendeu-se o cuidado para com as crianças no zelo com os materiais e as formas com as quais seriam manuseados, tendo em vista que partiria do interesse de cada criança, a escolha de seus dons e de suas ocupações. Desta feita, tais dons eram apresentados, no sentido de aguçar o interesse das crianças, partindo de três dimensões: formas de vida, formas de conhecimento e formas de beleza.

Indo ao encontro do contexto brasileiro, a implantação de diversos jardins de infância foi realizada baseando-se nas influências de Froebel, na medida em que o mesmo primava pelos cuidados e pelo desenvolvimento da linguagem e da formação intelectual da criança, tanto no espaço familiar, quanto no espaço escolar. Dessa forma, a intensificação da constituição dos primeiros jardins de infância no Brasil, se originou a partir dos primeiros anos do século XX, sob influência do contexto social, uma vez que o desenvolvimento da indústria estava acentuado, devido às consequências da Revolução Industrial, especialmente nas décadas de 1930 e 1940, no governo de Getúlio Vargas (SILVA; ANDRADE, 2016).

Pautando-se nos princípios apregoados por Froebel, a educação brasileira passou a considerar o desenvolvimento infantil, com o auxílio de jogos e brincadeiras, através do cuidado com a natureza, primando pelas interações e pelas relações que as crianças passavam a estabelecer com as demais. “A necessidade de estudar o desenvolvimento infantil passou a ser prioridade em todo processo de ensino

aprendizagem dos primeiros jardins de infância no Brasil dando a todas as crianças a oportunidade de aprender através de um novo mundo que lhes é apresentado” (SILVA; ANDRADE, 2016, p. 48).

Nessa perspectiva, a criança passaria a ter um novo lugar social, no qual a mesma poderia usar seus sentidos, a fim de conhecer o mundo, com base em seus próprios interesses. E, a partir de então, o mundo começaria a lhes fazer sentido, não sendo mais algo posto, mas agora sobretudo, algo que emergiria da sua vontade.

Todavia, Kuhlmann Jr. (1998) ressalta que estes benefícios estariam mais atrelados à realidade das crianças de classes sociais mais abastadas, em virtude de que os jardins de infância estavam sendo criados em meio a uma sociedade capitalista, com base nos interesses privados e burgueses. Dessa maneira, as novas condições pedagógicas estariam direcionadas à um grupo seletivo, ou seja, às crianças burguesas. Ao restante do público, provavelmente, às crianças das classes menos abastadas, as quais usufruíam das creches e das instituições assistencialistas, restariam os cuidados com a higiene, com a saúde, com a alimentação, bem como com os princípios morais os quais seriam mediados pelas imposições religiosas. Assim, percebemos uma grande diferença entre uma educação para os ricos e uma educação para os pobres.

No seio dessa conjuntura assistencialista, as ideias estabelecidas por Froebel foram, aos poucos, sendo disseminadas em creches e em jardins de infância no Brasil, ao passo que tais instituições passaram a incorporar à rotina proposta por ele, por meio de atividades sequenciadas, no sentido propiciar uma rotina escolar bem determinada, tanto para as crianças, quanto para os professores. Logo, podemos inferir que mesmo ofertando uma suposta liberdade pedagógica, as atividades eram previamente organizadas (SILVA; ANDRADE, 2016).

A seguir, iremos nos deter ao surgimento dos primeiros jardins de infância no Brasil, os quais iniciaram o seu percurso em nosso território, ainda no final do século XIX, como aduz Silva e Andrade (2016). O primeiro foi fundado em 1875, no Rio de Janeiro, denominado Jardim de Infância Meneses Vieira, dirigido por Meneses Vieira e sua esposa chamada Carlota, os quais são considerados os pioneiros nessa implantação.

A professora Maria Helena Camara Bastos (2002) coloca que o referido Jardim de Infância para a época foi uma grande mudança para a educação de crianças pequenas no Brasil, com base em um artigo disposto no jornal *Cruzeiro*, de modo que o texto ressaltava a construção de um chalé mobiliado exclusivamente para o Jardim. O Jardim

oferecia o ensino primário, o secundário e o profissional, acoplando o internato, o semi-internato e o externato. Quatro anos antes de sua inauguração, a Gazeta de Notícias expunha que o imperador realizou uma visita ao prédio, demonstrando satisfação diante da sua organização.

Não obstante, Bastos (2002) destaca as instruções orientadas por Meneses, para as professoras, de modo que estas deveriam promover conversas morais e instrutivas, com o suporte de exercícios manuais, contemplando a modelação, o recorte, o picado, o traçado e o desenho. Com isto, a criança desenvolveria algumas habilidades, tais como: ver e ouvir de forma adequada, tornando-se criativa e com o gosto para o trabalho. Outra atividade que Meneses considerava bastante relevante era o jogo, por considerar esta uma linguagem do brincar, possibilitando o desenvolvimento da identidade infantil.

A mesma autora ainda faz uma ressalva sobre o papel que a “jardineira” detinha, pois a mesma tinha a função de ser a extensão da figura materna, colocando em pauta uma informação publicada na Gazeta de Notícias, no ano de 1879, ratificando que o papel da jardineira era associado a uma mãe zelosa para o futuro do filho. Logo, percebe-se que a função da mulher vai sendo modificada, tendo em vista que vai se desvinculando da esfera familiar, para ir gradativamente adentrando na esfera pública.

No ano de 1885/1886 foi instalado o Jardim de Infância Paulista, este sendo fruto da Escola Americana Protestante, objetivando a ampliação da educação e do ensino, situação que nos faz refletir acerca da influência da religião na formação da população, bem como na intenção de seguir o modelo americano educacional.

Já em 1896, inaugurou-se o Jardim de Infância Caetano de Campos, anexo ao prédio da Escola Normal do Estado, cuja organização se deu por meio de Zalina Rolim, poetiza e também foi a primeira inspetora da instituição. Neste caso, Zalina organizou e dividiu as atividades entre as jardineiras escolhidas por ela, com o objetivo de propagar a educação infantil, no ensino público, diferenciando-se por pensar não só na elite, mas também nas crianças mais carentes (SILVA; ANDRADE, 2016).

No que diz respeito às práticas educativas desenvolvidas nos Jardins de Infância, as mesmas autoras asseveram que:

A organização do jardim de infância e as atividades desenvolvidas na sala de aula promovem a formação intelectual e cidadã da criança enriquecendo e aprimorando seus dons e o sentimento de disputa, partilha e solidariedade uns com os outros. (SILVA; ANDRADE, 2016, p. 6).

Demonstrando com isso, o quanto as atividades desempenhadas primam pela independência da criança e pelo desenvolvimento de sua responsabilidade. No sentido de dar visibilidade aos benefícios intermediados pelos Jardins de Infância, o diretor do Caetano de Campo – último Jardim mencionado – elaborou “A Revista do Jardim de Infância”, com a intenção de que as pessoas pudessem conhecer os métodos desenvolvidos, bem como melhorar a qualidade da instituição e suscitar o interesse da abertura de outras, as quais estivessem acoplando o sistema froebeliano. Nesse intento, acabava por desencadear uma qualificação na formação dos professores, orientando-os por meio do conhecimento que envolvia a teoria e a prática.

As primeiras propostas pedagógicas vividas no Caetano de Campos deixam evidente a preocupação com a educação e zelo significativo em relação às crianças suas produções e desenvolvimento culturais e sociais formados no ambiente da sala de aula. As atividades propostas têm como características fundamentais a organização por períodos e a utilização de músicas e jogos que promovam o desenvolvimento sensório-motor da criança dando ênfase a todo o processo histórico o qual foi analisado de forma a estabelecer relações entre as atividades previamente preparadas no jardim e as atitudes espontâneas e inesperadas realizadas pelas crianças, que por sua vez eram preparadas a partir de ritmo organizado em suas atividades ((SILVA; ANDRADE, 2016, p. 7).

Logo, percebe-se a importância dada ao desenvolvimento sensório- motor da criança, através do uso de músicas e de jogos, uma vez que mesmo que parta do interesse da criança, as atividades não eram realizadas de qualquer forma, mas sobretudo, a partir de uma ação elaborada previamente, no sentido de ofertar às crianças momentos de aprendizado com base no que elas tivessem interesse no ambiente.

No que se refere ao contexto paraibano, as práticas educacionais estavam condicionadas a um projeto político educacional nacional, partindo dos pressupostos ordenados pelo período republicano, conduzidos por mudanças sociais, políticas e econômicas. Passando a primar pela formação de um novo homem, o qual deveria ser moldado já na infância, como projeto unificador de uma sociedade, sendo legitimada pelos saberes modernos da Pedagogia, da Psicologia e da Medicina (LUCENA, 2016).

No capítulo seguinte, delimitamos o conceito de infância difundido sobretudo no Brasil republicano. Para que dessa maneira, possamos compreender as ideias discutidas por Xavier Júnior.

## **2 IDEIAS SOBRE A INSTRUÇÃO DAS CRIANÇAS: DO AMBIENTE PRIVADO ÀS INSTITUIÇÕES**

O presente capítulo tem como objetivo entender como a instrução das crianças foi sendo desencadeada, a partir da história da infância e de alguns pressupostos históricos. Sendo assim, os espaços direcionados às crianças, inicialmente, estavam associados aos interesses do Estado em não diminuir a sua mão-de-obra, de modo que os filhos não atrapalhassem o rendimento dos pais quando estes estivessem em seu espaço laboral (KUHLMANN JR, 2000). Com isto, pensar em um local que cuidasse das crianças seria uma ótima alternativa.

Segundo Kuhlmann (1998), a História das Instituições de Educação Infantil estabelece uma estreita relação com questões que se referem à história da infância, da sociedade, da assistência, da família, do trabalho, da urbanização, da pedagogia, entre outros elementos. Inúmeros estudos destinados à História da infância, da criança e da educação infantil nos mostram a amplitude dessas concepções que se relacionam com essas várias vertentes teóricas. Logo:

[...] a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, em que o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história dos homens. (KUHLMANN, 1998, p. 77).

Deste modo, estudar a história sobre as instituições de educação infantil nos faz compreender a infância e as concepções pedagógicas durante a primeira república. Ao focar na educação das crianças pequenas e sua trajetória nota-se que o conceito das instituições, como os jardins de infância era o de cuidado e só depois veio ser o conceito de aprendizagem.

Segundo Marafon (2017), na sociedade europeia surgia a urbanização e, com isso, os problemas estruturais tais como: conflitos - reforma e contra-reforma, guerra entre as nações (França e Espanha, Guerra das Duas Rosas). Com estes acontecimentos, as condições sociais estavam mais precárias, particularmente para a população infantil, muitas crianças eram vítimas da pobreza, do abandono e dos maus tratos. Para superar essas condições algumas mulheres se organizavam e criavam espaços alternativos para atender a demanda infantil necessitada, muitas vezes era escolhida uma das casas onde seria o local ou o espaço religioso para a guarda destas crianças.

Aos poucos foram surgindo espaços para o atendimento de crianças fora do ambiente familiar, a princípio, em instituições de caráter filantrópico, a criança então, passa a ser olhada de forma diferente.

Na Primeira República (1889 –1930), atentar para a instrução pública das crianças, requer compreender os anseios que permeavam o contexto social da época, bem como compreender o conceito de infância que era disseminado, tendo em vista que as condições do meio acabavam por determinar alguns comportamentos e direcionamentos atrelados a este público.

Quando nos referimos ao conceito de infância, estamos imersos em uma gama de concepções que lhes são atribuídas, tendo em vista que a cada momento histórico novos papéis e estatutos sociais são fomentados a seu favor. Logo, a “infância enquanto categoria social, tem suas condições de existência diretamente vinculadas às transformações das vidas cotidianas, da estrutura familiar, da escola [...]” (NUNES; CORSINO, 2000, p.16). Sendo assim, é notório a complexidade que envolve a infância, uma vez que esta categoria corresponde a interesses diversos, dependendo do espaço que este sujeito ocupa.

O contexto brasileiro aponta para uma infância instruída a partir da divisão de classes sociais, de modo que havia uma educação diferenciada para as classes mais abastadas e um outro tipo de educação voltada para os menos favorecidos. Tais posicionamentos surgiram com maior veemência, no século XIX, pois mesmo que fosse intenção pensar a institucionalização da criança, havia um receio nas consequências que poderia ocorrer, caso a sociedade, em termos gerais, tivesse o acesso à educação (NUNES; CORSINO, 2009).

Nessa perspectiva, a instrução voltada aos menos favorecidos, acoplava-se ao ideário de uma ação paternalista e repressiva, primando pela ordem social, ao passo que as crianças pobres eram recolhidas a internatos, as quais estavam mais propícias aos castigos, ao abandono e a segregação (NUNES; CORSINO, 2009). Dessa forma, percebe-se que a institucionalização da infância estava associada, inicialmente, ao acesso das crianças pobres, mesmo que por vezes, este acesso não correspondesse a uma instrução adequada.

Não obstante é neste cenário que se buscava uma sociedade civilizada, em que as creches, as escolas maternais e os jardins de infância foram sendo desenhados, sob influência dos países europeus. Já no Brasil, tinha-se uma conversão dessa influência, de

modo que os EUA passou a servir de exemplo para a instauração de um modelo educacional. Logo, a infância passou a ser educada com o espírito americano, situação que justifica a criação do Dia da Criança, no terceiro Congresso Americano da Criança, no Rio de Janeiro (1922), associado ao primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (KUHLMANN JR, 2000).

O autor ainda pontua o surgimento de uma pedagogia da submissão, na qual haveria uma educação assistencialista, pautada por uma concepção de assistência científica, no início do século XX, firmadas em propostas de uma educação popular disseminadas em Congressos, cujo objetivo estava firmado em conformar os menos favorecidos às condições sociais estabelecidas (KUHLMANN JR, 2000). Contudo, dois educadores colocam em questão as reais intenções das políticas destinadas à infância:

Quando da organização do congresso de 1922, Luiz Palmeira, da revista socialista *Clarté*, e a educadora Maria Lacerda de Moura denunciaram os limites e a demagogia produzida em torno das propostas de políticas sociais para a infância. Palmeira perguntava-se: como podiam os empresários, os políticos e os governantes que demitiam e perseguiram os operários, os “algozes do pai, serem protetores do filho”? Moura referia-se à insignificância das iniciativas e considerava que não se tratava de dar, mas de restituir aos pobres os seus direitos: “tudo ao alcance de todos” (KUHLMANN JR, 2000, p. 08).

Baseando-se no que foi exposto, percebe-se que tanto Luiz Palmeira, quanto Maria Lacerda de Moura, questionavam-se acerca da realidade em que tais políticas estavam sendo pleiteadas, em razão de os políticos perseguirem os operários, sendo estes pais das crianças que diziam estarem preocupados em instruir. Assim sendo, demarcavam uma contradição, pois como podiam beneficiar as crianças, se os pais eram prejudicados? Este posicionamento evidência que o questionamento de ambos tinha fundamento.

A institucionalização da educação para crianças pequenas perpassou por um longo e lento processo durante o período do império e da primeira república, inicialmente teve uma perspectiva assistencialista e ligada à saúde, deixando à margem o caráter educacional. A seguir, observamos o posicionamento do estado de São Paulo, de modo que fica evidente que o mesmo deixa de se responsabilizar por uma parte da educação das crianças, compartilhando tal responsabilidade com as fábricas:

No estado de São Paulo, desde dezembro de 1920, a legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários, preferencialmente junto às fábricas que

oferecessem local e alimento para as crianças. As poucas empresas que se propunham a atender os filhos de suas trabalhadoras o faziam desde o berçário, ocupando-se também da instalação de creches. Em 1925, cria-se o cargo de inspetor para escolas maternais e creches, ocupado por Joanna Grassi Fagundes, que havia sido professora jardineira e depois diretora do Jardim da Infância Caetano de Campos (KUHLMANN JR, 2000, p. 09).

Frente a essas discussões, observa-se que diante das condições estabelecidas para a instauração das Escolas Maternais, cuja responsabilidade do local e da alimentação das crianças ficava a cargo das fábricas, ao passar dos anos vai se estruturando, na medida em que o cargo de inspetor para estas instituições foi criado, tendo Joanna Grassi Fagundes, como uma de suas precursoras. Assim, vislumbramos o quanto a responsabilidade da instrução das crianças não era prioridade do corpo político (KUHLMANN JR, 2000).

Por possuir um caráter inicialmente mais higienista, as políticas destinadas às crianças foram sendo modificadas. Kuhlmann Jr (2000) assevera que, em 1923, a Inspetoria de Higiene Infantil passou a ser denominada de Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, em 1933. Já em 1937, o então Ministério dos Negócios da Educação, passou a ser denominada de Ministério da Educação e Saúde. Com efeito, notou-se que com as modificações nas nomenclaturas, uma expressão de um caráter mais educacional que, aparentemente, vai tomando forma no lugar daquele mais assistencialista.

Para tanto, ao longo do século XX, algumas formas de institucionalização foram sendo efetivadas, sob forte influência da Escola Nova, de modo que a denominação estava associada à faixa etária que compunha cada espaço, em outras palavras, a escola maternal atendia crianças dos 2 aos 4 anos, já o jardim corresponderia às crianças de 5 a 6 anos. Em seguida, surge o parque infantil, em São Paulo, como um espaço que abrangeu crianças de 3 a 6 anos, assim como atentou para além do horário escolar, englobando crianças de 7 a 12 anos. Logo, com sua expansão, o Departamento de Cultura organiza um espaço que engloba todos os ambientes citados, denominado de Casa da criança. (KUHLMANN JR, 2000).

Ao longo da história da educação das crianças, várias concepções sobre a criança e sua educação eram propostas. Segundo Pinto (1997, p. 44),

[...] a infância constitui uma realidade que começa a ganhar contornos a partir dos séculos XVI e XVII. [...] As mudanças de sensibilidade que se começa a verificar a partir do Renascimento tendem a deferir a integração no mundo adulto cada vez mais tarde e, a marcar, com fronteiras bem definidas, o tempo da infância, progressivamente ligado ao conceito da aprendizagem e de escolarização. Importa, no entanto, sublinhar que se tratou de um movimento extremamente lento, inicialmente bastante circunscrito às classes mais abastadas

Percebemos então que o olhar para a criança começa a ter sentido, a preocupação com a sua formação social, com as propostas de criação das instituições pensando não só no acolhimento dessa criança em termos de cuidado, mas sobretudo, com o ensino, com a educação e com o conhecimento da mesma.

[...] a [criança] começou a ser vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados situados em um período de preparação para o ingresso no mundo dos adultos, o que tornava a escola [pelo menos para os que podiam frequentá-la] um instrumento fundamental (OLIVEIRA, 2005, p.62).

Logo, a criança começa a ser percebida como um sujeito que necessita de espaços próprios para a sua educação, de modo que acaba sendo vista como um ser capaz e importante para a sociedade, o que em séculos precedentes não era. Agora, a mesma passa a ser compreendida como um sujeito social, com suas especificidades, as quais passam a ser consideradas em seu processo de instrução e individualidade.

A seguir, apresentamos as análises decorrentes das nossas fontes. Procuramos seguir, a medida do possível, o contexto histórico do período e citar outras fontes pesquisadas.

### 3 AS IDEIAS SOBRE OS JARDINS DE INFÂNCIA NA PARAÍBA: CONCEPÇÕES DO PROFESSOR XAVIER JÚNIOR

O presente capítulo evidenciou como Xavier Júnior discutiu a necessidade de se implantar na capital paraibana um jardim de infância, perpassamos o contexto social da época, para que se possamos compreender em que condições sociais e políticas as tensões educacionais estavam sendo desenvolvidas.

Francisco Xavier Júnior além de diretor da instrução pública no estado, foi também professor de primeiras letras e do Liceu paraibano, jornalista, deputado estadual e prefeito. Espindola (2012) destaca que era comum nesse período os intelectuais atuarem em diversas funções e cita alguns outros que também exerceram cargos públicos comitadamente com outras profissões como Manoel Bomfim e Castro Pinto. Segundo Espindola (2017), no ano de 1906, Xavier Júnior publicou o livro **Lições da Língua Materna** – gramática da língua portuguesa para crianças nas escolas das primeiras letras.

Menezes (1983, **apud** Espindola, 2017) destaca os aspectos importantes que perpassaram a vida do professor, ressaltando a sua atuação com seu sogro – Joaquim da Silva – bem como o reconhecimento que o Liceu lhe dera. De tal forma que passou a ser enaltecido por sua postura diante das atribuições cumpridas no Liceu, sendo retratado como um profissional modelo, pois deixou de lado a carreira política, o curso jurídico e o jornalismo, para se dedicar ao magistério, chegando a ser Diretor da instituição por várias vezes. Outra informação relevante evocada por Espindola (2017) foi o fato dele ter sido diretor do Collegio Parahybano, fundado pelo seu sogro, como já mencionado.

Não obstante, Xavier Júnior foi diversas vezes citado por intelectuais da época e teóricos contemporâneos a ele, ora exaltando as suas contribuições em favor do ensino, como forma de expressar uma melhoria nas condições técnicas e profissionais, ora o evocando como um dos grandes representantes da educação a nível nacional, através do site do IHGP<sup>1</sup>, já que o mesmo foi sócio fundador da Instituição. Todavia, sabemos que essa escrita foi em grande parte retórica e não procuramos exaltar esse sujeito, pois seguir esse caminho acabaria a nos levar a interpretações desvinculadas de um determinado período histórico. Assim como os outros sujeitos do período a vida de Xavier Júnior possuiu contradições e também diversos embates, porém as fontes que

---

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www.ihgp.net/socios\\_fundadores.htm](http://www.ihgp.net/socios_fundadores.htm) Acesso em: out. 2018.

acabaram sendo guardadas desse sujeito nos levam apenas a uma visão parcial desses conflitos.

Adentrando ao contexto da época, na primeira república, destacava-se uma gama de transformações decorrentes da industrialização, uma vez que uma nova classe social começa a emergir, a saber: a burguesia. Logo, entre os anos de 1918 e 1930, as oligarquias cafeeiras iniciam um percurso de declínio, ao passo que tais acontecimentos vão configurando um novo modelo de sociedade, na qual irá corresponder a novos anseios também na área educacional, de modo o modelo mais rural e tradicional vai sendo modificado (CARVALHO; MARANHÃO, 2000).

Sendo assim, esse momento começa a ser marcado por alguns movimentos progressistas, nos quais a educação vai passando por reformas, acoplando novos métodos de ensino, tendo como influências países Europeus e países da América do Norte, desdobrando-se em um conflito. Segundo Espindola (2012), havia uma ligação entre a ideia de educação e de nação que foi muito divulgada nas primeiras décadas republicanas por diversos grupos de intelectuais. “A escola tornou-se, portanto, um projeto nacionalista, discutido nesse período de forma bastante entusiasmada e marcado por contradições, por lutas e por ideais conflitantes.” (ESPINDOLA, 2012, p. 73). A necessidade de locais para a educação das crianças era divulgada por diversos sujeitos.

Xavier Júnior exerceu seu primeiro cargo de Diretor Geral da instrução pública diretor no governo do presidente do estado João Lopes Machado<sup>2</sup>. Em uma mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado, em 1º de setembro de 1908, Machado relatou a sua escolha por Xavier Júnior e destacou a atuação do mesmo na instrução pública.

Lopes Machado foi responsável pela promulgação do Decreto de n. 405, de 03 de março de 1908, o qual criou a Diretoria da Instrução Pública e da Escola Normal, cargo no qual foi direcionado a Xavier Júnior. Lopes Machado mencionava que:

---

<sup>2</sup> Quanto a Lopes Machado era: “Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888, Lopes Machado atuou como Inspetor Sanitário no Rio de Janeiro, trabalhou na Diretoria de Saúde Pública, e por muitos anos foi funcionário da Saúde do Porto do Rio de Janeiro. Desse modo, Lopes Machado possuía uma sólida experiência como higienista, tendo inclusive trabalhado com a equipe de Oswaldo Cruz durante os primeiros anos do século XX na capital federal. Nascido na cidade de Areia (PB), em 1861, foi presidente da Paraíba entre 1908 e 1912. Com o fim de seu mandato, retornou ao Rio de Janeiro, onde continuou atuando como clínico e funcionário da Saúde do Porto. No tocante à saúde pública, seu governo foi marcado pela criação da Repartição de Higiene do Estado, que teve uma atuação marcante entre 1912 e 1916”. (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 138).

Insistindo nas causas que perturbam o funcionamento regular do ensino publico primário, devo mencionar mais duas: a falta de capacidade tecnica em grande numero de professores, e a carência de prédios escolares com mobília e material apropriados.

O primeiro desses inconvenientes tende a desaparecer no tocante ás escolas mantidas pelo Estado.

Os decretos nº 251 e 265 de 14 de Janeiro e 29 de Julho de 1905, tendo dado nova organização à Escola Normal e melhorando as condições econômicas dos Professores diplomados, asseguram a regeneração do ensino popular em breve praso.

Para cercar de melhores garantias essa regeneração do ensino elementar, baixei o Decr. nº 405 de 3 de Março do corrente ano (PARAÍBA, 1908, p.22).

Sendo assim, a mensagem escrita pelo presidente Lopes Machado, em 1908, remontou as principais observâncias de Xavier Júnior acerca da instrução pública, uma vez que inicia o seu discurso ressaltando a carência em que se encontrava a instrução, principalmente no que diz respeito aos descompassos referentes a uma maior uniformidade entre os programas de ensino na Paraíba, a falta de capacidade técnica dos professores, a estrutura inadequada dos prédios escolares, incluindo a mobília e os materiais escolares.

Dando continuidade ao seu discurso, o mesmo engendra uma preocupação a respeito das condições de higiene, situação que foi observada por Xavier Júnior, uma vez que neste mesmo texto, o presidente expressa as incipientes condições da estrutura das escolas, já que não possuíam o asseio, a iluminação e o ar adequados, ao ponto de constituir um conjunto de vícios à saúde, acabando por desenvolver uma ambiente triste, que desfavorece o aprendizado da criança (PARAÍBA, 1908). Nessa perspectiva, as palavras de Oliveira e Santos (2015), justificam a preocupação dada ao higienismo, em função de se pensar na constituição na nação republicana:

Para Lopes Machado, a saúde pública estava acima de qualquer consideração sobre liberdade individual. Hábitos e costumes insalubres deveriam ser abandonados, normatizados, em prol do “benefício geral da collectividade social”. No seu entender, não existiam motivos para contestar a as prescrições médico-higienistas, mesmo que elas entrassem em conflito com direitos constitucionais, como a inviolabilidade do domicílio. Segundo Lopes Machado, o melhor exemplo de que a saúde pública era mais importante do que as liberdades individuais vinha dos ingleses. Modelo de “civilização”, nação pioneira na Revolução Industrial, a Inglaterra fora um dos primeiros países a instituir um serviço centralizado de higiene pública. Para o médico presidente, o povo inglês “apezar de tão amplamente conceber o principio de liberdade, jamais se valeu dessa faculdade que lhe é assegurada em toda linha, para oppor embaraços à fiel execução

das mais restrictas medidas sanitárias” (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 139).

Essas preocupações também se encontravam na escrita de Xavier Júnior. No Relatório de 1908, o professor já denunciava a falta de estrutura dos locais em que as escolas funcionavam. Espindola (2017) destaca que a concepção pedagógica difundida na Primeira República teve como base o movimento higienista que pensava não apenas a higiene física, mas também mental.

A aparição desses saberes higienistas ocorreu de forma variada para a educação (prescrição de novos locais, novos mobiliários, novos tempos, etc.) e apareceu em diferentes discursos como os médicos, intelectuais e políticos. E aqui percebemos as ideias de Xavier Júnior, as questões higienistas foram encontradas nos Relatórios de 1908 e 1913. Nesse último Relatório, o presidente de estado era Castro Pinto, Segundo Espindola (2012, p. 144-145): “O movimento higienista, que teve uma variedade de formulações política e científica, possuía um núcleo comum, o qual ligava a saúde coletiva e individual à difusão de normas e hábitos higiênicos.”

Dando continuidade ao discurso proferido no documento, acerca das condições precárias a qual se encontrava a instrução pública, Xavier Júnior adentrou nas questões relativas aos Jardins de Infância, de tal modo que explanou que além dos grupos escolares, havia também a necessidade de se implantar os jardins de infância na capital paraibana, para tal o professor utilizou como exemplo as instituições que foram implantadas em outros estados ou até mesmo fora do Brasil. Assim, o mesmo vai imprimindo de forma otimista a criação de tal espaço educacional, buscando organizar de forma sistemática a sua necessidade e como implantá-los no estado.

Segundo Espindola (2017, p. 145), Xavier Júnior embasou seus argumentos sobre a necessidade de jardins de infância em Augusto Froubel: “Seu plano era que um jardim de infância fosse anexado à Escola Modelo. E citou as experiências europeias e norte americanas para a construção desse espaço destinado às crianças menores de cinco anos.” Assim, no Relatório de 1910, o professor citou várias experiências exitosas que já haviam sido provado resultados nos outros países:

- \_ Desenvolvem-se as faculdades inventivas, adquire a exactidão e paciencia no trabalho; obtem-se o mais apurado cultivo nos sentidos.
- \_ Desenvolve as qualidades physicas, moraes e intellectuaes, a saúde e a belleza, formando a base de uma sólida educação. È maravilhoso o melhoramento de todos os sentidos.
- \_ Verdadeira cultura physica e mental, as creanças entram, em consequência deste bem melhor preparados para as escolas.

- \_ Appella para toda a natureza da creança, actuando-se por igual no entendimento, na sensibilidade, na actividade physica, e contribui para produzir no seu desenvolvimento um equilíbrio inacessível por outro qualquer systema.
- \_ Anima e robustece os latentes e faculdades; inspira o amor do trabalho, da regularidade, de ordem dos mais finos sentimentos.
- \_ Inspira boas maneiras, urbanidade, obediência, domínio sobre si mesmo; cultiva as faculdades imaginativas inventivas.
- \_ Desenvolvimento natural, reprimindo as mas interações, constituindo comprehender o sentimento que dita a uma autoridade escolar americana esta senha de propaganda: — Ao pé de cada escola um Hindesgaten. (XAVIER JÚNIOR, 1910, p. 43).

Ele indicou a aplicação da pedagogia froubeliana, mas também apontou a primordialidade de se formar professores aptos à aplicarem essa pedagogia. Essa discussão continuou no Relatório seguinte. Segundo Xavier Júnior (1913, p. 25):

Jardins da Infancia: --- Poderemos ensaiar essa instituição, sublime invento do imortal alemão, Augusto Froebel, ao lado da escola modelo, desde que tivermos edifício com as exigidas proporções para o funcionamento desta.

Os Kindergartens de Froebel são destinados a educação preparatória para escolas elementares, ministrada, por processos naturaes, ás creanças de três a sete anos de idade.

M. John Eaton, grande autoridade oficial do ensino publico na União Norte Americana, coloca essa instituição na base de todos os estabelecimentos escolares e assenta nella o ponto de partida de uma importante reforma na instrucção primaria.

Com efeito, essa discussão acerca da efetivação de um espaço para as crianças pequenas que ainda não possuíam a idade mínima de sete anos para adentrarem nas escolas primárias, já vinha se dando desde os últimos anos do século XIX, a partir da Reforma Leôncio de Carvalho, datada do ano de 1878, cujo objetivo firmava-se na liberdade do ensino, estabelecendo a frequência e a obrigatoriedade nas escolas primárias, indicando a necessidade da criação dos jardins de infância. Portanto, tal Reforma expressou a necessidade de desenvolver o ensino da pré-escola nos municípios brasileiros, no formato dos jardins de infância. Logo, percebe-se que o período imperial já acenava para a criação dos jardins de infância, demarcando que este debate não é só fruto do período republicano (VERGARA, 2010).

Dando continuidade, Xavier Júnior foi demonstrando a sua preocupação em relação à situação na qual se encontrava a Escola Normal, destinada à formação de professores, de modo que em suas dependências deveriam existir uma escola primária que tivesse como anexo um jardim de infância, no sentido de propiciar a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos, expressando a necessidade da construção de um novo

prédio destinado à formação de professores, com uma dependência para o instituto modelo primário, na intenção de servir de inspiração para aqueles que estiverem interessados em substituir as escolas isoladas por este modelo.

Pensando nesta conjuntura de questionamento atrelados às condições da situação da Escola Normal, destacamos a primeira iniciativa a ser desvelada nesta província, através da Lei 76, de 07 de dezembro de 1883, sancionada pelo presidente José Ayres do Nascimento, objetivando a criação de uma Escola Normal na Parahyba do Norte, constituindo uma de suas propostas de reformas na instrução pública, de tal modo que o Liceu seria convertido em Escola Normal, localizado no prédio do Tesouro provincial, posteriormente Tesouro Estadual e, hoje, situado na Praça Pedro Américo (ARAÚJO, 2010).

Ao término das considerações do Relatório de Xavier Júnior, o mesmo declarou aspectos que o Referido Diretor da Instrução Pública imputou:

Para seu relatoria, que contem pormenorizados esclarecimentos sobre a instrução publica, chamo a vossa atenção.  
No final desse relatoria apresenta elle o resumo das necessidades exigidas por uma reforma eficaz no ensino publico, isto é:

- a) Construcção de um edificio para a Escola Normal;
- b) Contrucção de edificios apropriados às escolas publicas primarias;
- c) Mobiliario e material escolares para estes institutos e para a Escola Normal;
- d) Estabelecimento de grupos escolares;
- e) Creação de um jardim da infância, ao lado da escola-modêlo, para servir de typo a outros que ulteriormente se venham instruir;

(PARAÍBA, 1908, p. 29).

Todo este discurso possuía como pano de fundo a necessidade de uma modernização na intrução pública, configurava uma gama de intenções destinadas a organizar o sistema educacional, tendo em vista o processo de urbanização pelo qual se passava a cidade da Paraíba, especificamente, nos governos de João Machado, Castro Pinto, Camilo de Holanda e Solón de Lucena. Sendo assim, nas décadas de 10 e de 20, do século XX, as noções de higienismo estavam cada vez mais presentes no ideário político e social, desmembrando-se para o contexto educacional, afinal era a partir da formação da população, desde a mais tenra idade que se iria alcançar a sociedade moderna que se pretendia (CARDOSO; KULESZA, 2004).

Ao observarmos as intenções dispostas na mensagem proferida pelo presidente da Paraíba, no ano de 1908, discorrendo sob o Relatório de Xavier Júnior, notou-se a intenção do “lente cathedratico”, assim como foi denominado pelo presidente em

questão, em não só demonstrar os aspectos negativos no qual se encontravam a instrução pública, especificamente na estrutura do local, na fiscalização, nos materiais inadequados, no corpo docente mas, sobretudo, desencadear um debate cercado de justificativas que pudessem considerar a necessidade urgente de se criar um jardim de infância na Paraíba, a fim de dar o suporte necessário a escola primária e a escola normal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho, discorremos sobre as ideias que permeavam as instruções das crianças, perpassando pelo ambiente privado até o alcance das instituições, uma vez que ao adentrarmos na esfera dos conceitos e dos pressupostos históricos, percebemos o quanto o lugar da criança vai sendo modificado, a partir dos anseios de cada momento social, na medida em que, inicialmente, não se pensava no processo de aprendizagem da criança, mas sobretudo, nas formas pelas quais ela poderia se adaptar às condições impostas pelo âmbito do trabalho, de forma assistencialista.

Nos apropriamos das palavras de Kuhlman (1998), a fim de demonstrarmos a relação que era estabelecida entre a História das Instituições de Educação Infantil e a própria concepção de infância, em razão da primeira ir configurando formas de se considerar como a criança deveria ser vista, não deixando de lado, concepções que envolviam o assistencialismo, a concepção de família, de trabalho, das novas formas de urbanização e dos métodos de ensino empregados.

Com efeito, destacamos o conceito de infância, tendo em vista este termo estar associado às condições impostas pela sociedade, em outras palavras, a infância como um estatuto social, dispunha de intervenções advindas do cotidiano, da família e da escola, passando a ser determinado pelo seu lugar social. O contexto brasileiro pode ser citado como um exemplo, tendo em vista a educação fundar-se em princípios que primavam pela organização de uma educação destinada aos ricos e outra aos pobres, em virtude da preocupação vinculada ao acesso de todos ao conhecimento.

Logo, os jardins de infância foram pensados a partir desta concepção de se adequar aos novos anseios sociais, de modo que foi destacado que, inicialmente, tinha um caráter assistencialista, por dar atenção às crianças pobres e órfãs e aos filhos de operários, considerando o contexto Francês, no século XVIII.

Nessa perspectiva, foi colocado em evidência que os jardins de infância foram idealizados pelo alemão Froebel, o qual buscou desvincular-se do termo escola, tendo em vista considerar ser uma expressão imprópria para a sua proposta, já que induz a algo que está sendo imposto. Logo, a educação brasileira passou a seguir as concepções de Froebel, conforme estava disposto do Relatório do professor Xavier Júnior, cuja educação iria considerar os jogos e as brincadeiras como parte do processo de aprendizagem, bem como uma educação voltada ao desenvolvimento dos sentidos.

Todavia, mesmo com os avanços propostos pelo modelo dos jardins de infância de Froebel, a educação ainda se encontrava dicotomizada, na medida em que havia uma educação mais assistencialista para os pobres, moldando-os acima de tudo com aspectos mais relacionados à higiene e a moralidade, já os processos de aprendizagem estariam vinculados às crianças de classes mais abastadas.

Dispomos, também, acerca das modificações que imperavam às políticas, de modo que a troca de alguns termos, indicavam as novas intenções na área educacional, a exemplo: o Ministério dos Negócios da Educação, passou a se chamar Ministério da Educação e Saúde. Conforme os objetivos educacionais foram se expandindo, houve o surgimento de modelos educacionais que se complementavam em seus objetivos e na continuidade de uma organização educacional, como foi exposto a respeito da escola maternal, do jardim de infância, do parque infantil e, por último, acoplando os precedentes, a Casa da criança.

Também destacamos que mesmo primando por novas formas de aprendizado, com base no interesse dos alunos, bem como influenciados pelo movimento da Escola Nova, os Jardins de infância no contexto brasileiro, impunham de forma organizada as atividades para as crianças, não sendo realizadas de qualquer maneira ou em qualquer momento, uma vez que atribuíam uma rotina organizada.

Dando continuidade, evidenciamos os principais jardins de infância que foram sendo criados no Brasil, iniciando pelo Jardim de Infância Meneses Vieira, no ano de 1875, o qual buscou desenvolver a identidade infantil, utilizando além do brincar, os princípios morais. Seguido do Jardim de Infância Paulista, do ano de 1885/1886, oriundo da Escola Americana Protestante e pelo Jardim de Infância Caetano de Campos, em 1896, no qual pode-se observar a assistência às classes menos favorecidas, atreladas ao ensino público. Com isso, ambas primavam pelo desenvolvimento da independência da criança.

Agora, indo mais ao encontro da realidade paraibana, buscamos compreender como foi se dando as concepções do professor Xavier Júnior acerca da introdução dos primeiros jardins de infância na Paraíba, na Primeira República, por intermédio dos discursos do mesmo proferido em documento oficial, tendo em vista que o mesmo foi Diretor da instrução pública, além de outras atribuições que o tornaram representativo para a época.

Diante do projeto de modernização que o Brasil se encontrava, como sociedade republicana, os indícios dessas renovações recaíram sobre a Paraíba, de tal modo que com a criação do Instituto de Educação da Paraíba, favoreceu a criação do Jardim de infância, em 1936, em razão deste ser anexo do referido Instituto. Tal criação deveu-se a presença de José Baptista de Mello, a época Diretor da instrução primária, em razão da sua visita nos centros educacionais do Rio de Janeiro e São Paulo.

A fim de identificarmos o discurso do professor Xavier Júnior a respeito da sua relação com os primeiros jardins de infância, optamos por analisar a mensagem do presidente do estado João Lopes Machado, o qual na parte sobre a Instrução Pública foi destrinchando o Relatório emitido por Xavier Júnior, no tocante à condição que a instrução pública se encontrava, a respeito da estrutura física dos prédios, da carência dos materiais, da capacidade técnica dos professores, bem como das necessidades identificadas por ele.

Um aspecto muito recorrente em seu discurso foi a preocupação com a higiene dos ambientes, tendo em vista a sociedade está envolta pelos princípios do higienismo, colocando-a como uma condição relevante para o bom funcionamento da educação, desdobrando-se em condições que favorecem o aprendizado. Interesses estes, que estavam firmados no nivelamento com sociedades mais desenvolvidas, tomando como exemplo a Inglaterra, berço da Revolução Industrial.

Ademais, destacou a necessidade da sua implementação, proferindo que há condições adequadas para isto, já que não via motivos para o seu impedimento, sob a justificativa de que era necessário organizar o espaço escolar, uma vez que já haviam sido criados Jardins em outros estados, considerando esta instituição como sendo a base dos demais espaços educacionais. Nesse ínterim, fez uma ressalva também às melhorias que deveriam ocorrer na Escola Normal.

Por fim, concluímos que, em especial, Xavier Júnior como Diretor da instrução pública, no ano de 1908, que dentre as funções era a de inspecionar as instituições de ensino, preocupou-se em revelar as condições pelas quais a instrução pública estava passando em termos gerais, no sentido de acabar justificando a necessidade de criação do jardim de infância, cuja intenção era modernizar a Paraíba.

Com efeito, após a realização deste trabalho, pensamos ser necessário um aprofundamento da temática, por ser um tema de relevância para a história da educação,

já que trata de uma das vertentes de como foi se dando a instrução pública em nosso estado.

## REFERÊNCIAS E FONTES

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4928/1/arquivototal.pdf> Acesso em: out. 2018.

BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos. **Pro Patria Laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)**. Editora EDUSF: Bragança Paulista/SP, 2002.

CAMPOS, Rafaely Karolynne do Nascimento; PEREIRA, Ana Lúcia da Silva Pereira. **Primeiras iniciativas de educação da infância brasileira: uma abordagem histórica (1870 - 1940)**. 2015. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16231\\_8814.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16231_8814.pdf) Acesso em: out. 2018.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; KULESKA, Wojciech Andrzej. **Escola e modernidade na Paraíba (1910-1930)**, 2004. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documents/Coord/Eixo4/490.pdf> Acesso em: out. 2018.

CARVALHO, Roberta Costa de; MARANHÃO, Cherlane do Rêgo. **Reconstrução histórica da educação infantil na Paraíba: 1935- 1945**, 2000. Disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/135\\_roberta.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/135_roberta.pdf) Acesso em: out. 2018.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. **Primeira República, Intelectuais e educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1888-1915)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

\_\_\_\_\_. **As experiências dos intelectuais no processo de escolarização primária na Parahyba (1824-1922)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9886/2/Arquivototal.pdf> Acesso em: out, 2018.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cyntia. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HADDAD, L. Jardim de infância. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. Histórias da educação infantil brasileira. 2000. In: **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago, Nº 14, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf> Acesso em: out. 2018.

LUCENA, Meryglauca Silva Azevedo. **“A creança é uma planta mimosa e gentil, frágil e encantadora”**: Um estudo sobre a Revista do Ensino da Paraíba (1932-1942). Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba – PB. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8472/2/arquivototal.pdf> Acesso em: nov. 2018.

MARAFON, Danielle. **Educação Infantil no Brasil**: Um percurso histórico entre as ideias e as políticas públicas para a Infância. Universidade Católica do Paraná – Paraná, 2017.

CORSINO, P.; NUNES, M. F. R. A institucionalização da infância: antigas questões e novos desafios. In: CORSINO, P. (Org). **Educação infantil**: cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de; SANTOS, Leonardo Querino dos Santos. **Só é sujo e doente quem quer (?)** – Representações médicas na Paraíba do início do século XX, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/7482/4717> Acesso em: out, 2018.

OLIVEIRA, Zilma Barros de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

PARAHYBA (Estado). Collecção dos actos dos poderes Legislativo e Executivo do Estado da Parahyba em 1913. Parahyba: Imprensa Official, 1913.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. In: PINTO, M SARMENTO, M. J. **As crianças** – contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança/ Universidade do Minho – Portugal, 1997.

SILVA, Fernanda Lomanto Seixas; ANDRADE, Mercia Maria Santos. **Práticas escolares em jardins de infância no brasil**: uma abordagem histórica. Disponível em: [https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc\\_11-1.pdf](https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_11-1.pdf) Acesso em: out. 2018.

VERGARA, Julieno Lopes. **Primeiro jardim de infância de São João Del-Rei**: “Bárbara Heliadora”. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São João de Del-Rei - Minas Gerais. 2010. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/DissertacaoJulienoLopesVergara.pdf> Acesso em: out. 2018.

XAVIER JÚNIOR, Francisco. Relatório sobre a Escola Normal e a instrução primaria apresentado pelo Diretor Geral do Ensino. 21 jun. 1908. Parahyba do Norte, 1908.

\_\_\_\_\_. Relatório sobre a Escola Normal e a instrução primaria apresentado pelo Diretor Geral do Ensino. 18 jul. 1910. Parahyba do Norte, 1910.

\_\_\_\_\_. Relatório sobre a Escola Normal e a instrução primaria apresentado pelo Diretor Geral do Ensino. Parahyba do Norte, 1913.